



MEMÓRIA E IMAGINÁRIO IDEOLÓGICO EM UNGULANI BA KA KHOSA

*MEMORY AND IDEOLOGICAL IMAGINARY IN UNGULANI
BA KA KHOSA*

MEMORIA E IMAGINARIO IDEOLÓGICO EN UNGULANI BA KA KHOSA

Teresa Manjate¹

RESUMO

A História é construída a partir da comparação e da interpretação de documentos – sejam eles escritos ou orais – que pretendem narrar os acontecimentos de um povo ou região, permitindo que esses acontecimentos sejam conhecidos e difundidos como factos reais. Constroem representações da memória coletiva. A literatura é ficção; inscreve visões múltiplas, através de processos de representação. Ao escrever sobre a história de Ngungunhane, o último imperador de Gaza, em *Ualalapi* (1987), e *As Mulheres do Imperador* (2018) Ba ka Khosa capitaliza memórias entre factuais, através de passagens de relatos, relatórios e jornais, e imaginários construídos ao longo de gerações como a essência dos poderes outrora assumidos, instituídos e respeitados. O presente artigo pretende analisar as duas obras à luz dos conceitos memória e imaginário.

PALAVRAS-CHAVE: História, Literatura, memória; imaginário.

ABSTRACT

*History is built from the comparison and interpretation of documents – whether written or oral – that intend to narrate the events of a people or region, allowing these events to be known and disseminated as real facts. They build representations of collective memory. Literature is fiction; inscribes multiple visions, through processes of representation. When writing about the history of Ngungunhane, the last emperor of Gaza, in *Ualalapi* (1987), and *As Mulheres do Imperador* (2018) Ba ka Khosa capitalizes on memories between facts, through passages of accounts, reports, newspapers, and imaginaries built throughout history over generations as the essence of the powers once assumed, instituted, and respected. The present article intends to analyze the two novels focused on memory and imaginary concepts.*

KEYWORDS: History, Literature, memory; imaginary.

1 Investigadora do Centro de Estudos Africanos e Professora Associada na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique.

RESUMEN

La historia se construye a partir de la comparación e interpretación de documentos -ya sean escritos u orales- que pretenden narrar los hechos de un pueblo o región, permitiendo que estos hechos sean conocidos y difundidos como hechos reales. Construyen representaciones de la memoria colectiva. La literatura es ficción; inscribe múltiples visiones, a través de procesos de representación. Al escribir sobre la historia de Ngungunhane, último emperador de Gaza, en Ualalapi (1987), y As Mulheres do Imperador (2018), Ba ka Khosa capitaliza recuerdos entre hechos, a través de pasajes de relatos, informes y periódicos, e imaginarios contruidos a lo largo del camino a lo largo de las generaciones como la esencia de los poderes una vez asumidos, instituidos y respetados. El presente artículo se propone analizar las dos obras a la luz de los conceptos memoria e imaginario.

PALABRAS CLAVE: Historia, Literatura, memoria; imaginario.

Introdução

A literatura moçambicana escrita antes e depois da independência inscreve visões múltiplas sobre a memória de um tempo, através das estratégias de construção das narrativas – temáticas, cenários, filosofias. Ao recuperar a história de Gungunhana (Ngungunhane, Mdungazwe Ngungunyane Nxumalo, Nghunghunyani ou Reinaldo Frederico Gungunhana), da ascensão e queda do último imperador de Gaza em *Ualalapi* (1987/2018) e *As mulheres do Imperador* (2018)², as obras capitalizam memórias entre acontecimentos factuais – através de passagens de relatos, relatórios e jornais – e imaginários construídas ao longo de gerações como a essência dos poderes outrora assumidos, instituídos e respeitados.

Esta associação entre memória, imaginário e ideologia acoplada à narrativa de Khosa não é, definitivamente, tão inusitada assim, sobretudo se se tiver em conta as temáticas e estratégias narrativas agenciadas. A esta percepção associa-se a comum caracterização destas obras, particularmente a primeira, a mais estudada até então, como romance histórico (LEITE, 1995; DOSOUDILOVA, 2008). Este é definido como uma forma do género literário romance, devido ao seu critério temático – orientação para o passado – e ao material de contexto empregue. Sua base de orientação é constituída por factos históricos, geralmente tirados de matérias ou documentos ou historiografias. Os sinais que nos permitem identificar o género são os nomes das personagens históricas e os acontecimentos que nos convidam a ler o texto à luz de um conhecimento histórico (LEITE, 1995, p. 54).

A esta asserção se associa o percurso biográfico do autor das obras, particularmente, por pertencer a uma geração que viveu vários momentos e eventos históricos de Moçambique: o tempo colonial e o imediatamente posterior à independência do país, em 1975, na condição rara de estudante de liceu e universitário e professor de História. E, mais tarde, como funcionário público com responsabilidades acrescidas em relação à promoção da cultura moçambicana.

2 As obras *Ualalapi* e *As mulheres do Imperador* foram publicadas em 2018, acopladas sob o título *Gungunhana*. Porto: Porto Editora, 2018.

Certamente, essa trajetória favoreceu uma leitura crítica dos contextos, da História e das histórias, da realidade circundante. A esta condição se associa o facto de os textos analisados neste artigo revelarem uma pesquisa apurada de documentos históricos e registos formais que, de certa forma, inscrevem um imaginário e o credibilizam. Nesta leitura tem de se ter em conta também a questão da expansão da teoria literária, no contexto dos estudos culturais, centrado nas diversas formas de representação que, cruzando disciplinas, interpretam o passado e determinam o presente. Trata-se, portanto, de indagar sobre o uso e, consequentemente, o valor da história e da literatura em nossa sociedade.

Khosa é autor de uma obra vasta e rica, como comprovam os contos (publicados em revistas nacionais e estrangeiras) e romances, todos marcados por uma leitura crítica de eventos históricos de Moçambique, com uma avaliação sonante em nível nacional e internacional. Participou da *Revista Charrua* (1984-1986)³, parte de um movimento literário, como um dos fundadores. Sublinhe-se que este movimento tinha como missão central, sobretudo, romper com o paradigma da retórica de literatura revolucionária e da poesia de combate, conforme declaram alguns escritores envolvidos no movimento e na Revista, dentre eles, Eduardo White que, em entrevista a D. Wieser (2014): “A Charrua teve o importante papel de rebelar a chamada literatura de combate. (...) A Charrua cumpriu esse papel. A geração anterior passou-nos o testemunho e nós temos de ter a hombridade de passá-lo aos outros”.

Em *Ualalapi* (1987/2018) e *As mulheres do Imperador* (2018), Ungulani Ba Ka Khosa revisita a História de Moçambique, através de personagens, figuras históricas de vulto como Ngungunhane, o último imperador de Gaza, que resistiu ao colonialismo português, tendo sido vencido e deportado para os Açores, em 1895.

Em *Os sobreviventes da noite* (2005), o autor explora eventos históricos mais recentes, relacionados à urgência em narrar uma multiplicidade de histórias, resultantes do ambiente político da guerra pós-independência em Moçambique, uma guerra fratricida, envolvendo também crianças.

Em *Entre as memórias silenciadas* (2013), com enfoque nos campos de reeducação, estabelecidos após a independência, em 1975, o autor dedica-se a outro episódio da história do país de que não se fala, percurso submetido ao silenciamento pela história oficial. O modificador “silenciadas” faz jus ao papel revelador dessa mesma realidade representada sob a forma do composto de uma orquestra de *timbila*: ritmo, história, imaginário.

Para o presente artigo, atemo-nos a duas obras *Ualalapi* (1987/2018), seu primeiro romance, e *As mulheres do Imperador* (2018), o último até agora. As obras foram publicadas de forma acoplada pela Porto Editora num só livro, com o título *Gungunhana* (2018).

3 A *Revista Charrua* foi responsável pelo surgimento de vários escritores, como são os casos de Ungulani Ba Ka Khosa, Tomás Vieira Mário, Marcelo Panguana, Nelson Saúte, Suleiman Cassamo, Hélder Muteia, Aldino Muianga, Filimone Meigos, Juvenal Bucuane, Pedro Chissano, entre outros.

Há uma peculiaridade nas duas obras. Ambas apresentam trechos de depoimentos, relatórios, excertos de jornais, entre outros, inseridos como anotações em epígrafe. Colocamos acento tônico nestes excertos para refletir sobre sua importância, na perspectiva da memória, não só adjacentes ao texto, mas como propulsores de um imaginário imanente e explorado. Inscrevem também marcas ideológicas de quem as relata e rememora em primeira mão e de quem recupera as memórias em segunda instância, o autor das duas obras.

Memória e imaginário

Os conceitos memória e imaginário são extremamente complexos e com interligações profundas e interferem com outros igualmente profundos, como ideologia e representação social. Segundo Serbena (2003), o imaginário possui uma função social e aspectos políticos, nas lutas sociais e ideológicas. Em exercícios de legitimação de um regime político, existe o trabalho de elaboração de um imaginário através do qual se constroem representações que mobilizam afetivamente os sujeitos. As sociedades definem suas identidades e seus objetivos, definem os amigos e os inimigos, organizam seu passado, presente e futuro, de acordo com suas visões do mundo. O imaginário social é constituído e se manifesta através de ideologias e utopias, por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Assim, o campo do imaginário também é um campo de luta política e pelo poder, onde se cruzam interesses de grupos sociais e ideologias. E a literatura tem o seu lugar na construção destes imaginários. Esta asserção faz jus às palavras de Khosa em entrevista:

A relação entre literatura e política? Essa pergunta é difícil. Há sempre relação. Agora o que acontece é que realmente a política não pode dirigir a literatura. Não nos podem mandar escrever de determinada maneira sobre determinado assunto. A literatura também tem que fazer a revolução, também tem que entrar nela. Há linhas gerais, não é? Há um determinado fim, que todos nós queremos atingir. Agora, os políticos têm que utilizar uns certos meios, que têm que ver como dirigir, etc. Os que fazem literatura também têm que chegar àquele fim, mas também têm que acompanhar a realidade. (BORTOLOTTI, 2020, p. 10)

No contexto africano, em particular, o conceito memória coletiva convoca a dimensão da oralidade, melhor, dimensões das oralidades, palavra cuja flexão no plural preferimos. A justificação mais imediata é que estas [oralidades] envolvem dimensões múltiplas que vão para além da presença da voz. Assim, lançamos mão do termo “oralidades” (no plural) porque o fenómeno abrange aspectos como (i) a voz, veículo de excelência de sua materialização, envolvendo ritmos e outros códigos como (ii) valores a ela adstritos; (iii) a visão do mundo – cosmologias e cosmogonias – e (iv) os mecanismos de representação, fundamentalmente.

Literárias ou não, as oralidades fornecem muitos sinais sobre a sociedade em que vivem e circulam, através dos mecanismos de representação ou da construção do simbolismo que lhes é inerente e, conseqüentemente, da construção do imaginário coletivo. Um aspecto fundamental

a reter do conjunto das percepções sobre as oralidades consiste no fato de que os textos que lhes dão forma configuram cosmovisões complexas requerentes de leituras interdisciplinares para possibilitar a exploração e apreensão de toda a sua riqueza.

Segundo Hampaté Bâ, estudioso das oralidades, responsável pela máxima “cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima”,

A tradição oral é a grande escala da vida, e dela se recupera e se relacionam todos os aspetos. Pode parecer caótica àqueles que não lhe descortinam o segredo e desconcertar a mentalidade cartesiana acostumada a separar tudo em categorias bem definidas. Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados. Ao passar do esotérico para o exotérico, a tradição oral consegue colocar-se ao alcance dos homens, falar-lhes de acordo com o entendimento humano, revelar-se de acordo com as aptidões humanas. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial. Fundada na iniciação e na experiência, a tradição oral conduz o homem à sua totalidade e, em virtude disso, pode-se dizer que contribuiu para criar um tipo de homem particular, para esculpir a alma africana. (HAMPATÉ BÂ, 2010, p.169)

Aqui se convocam os conceitos e percepções de oralidades, pois as obras de Khosa exploram essa componente como estratégia narrativa. Ele explora a presença de vozes que nos remetem para um universo em que se vive pela voz, os valores adstritos e, sobretudo as filosofias em que subjazem e se configuram os universos construídos – criados e recriados. Em *Ualalapi*, essa componente oral está muito presente através de uma passagem, por sinal, a do desfecho, que valoriza a transmissão de conhecimento através da voz:

Levantei-me. Estava cansado. A noite clara sem nuvens, dava total liberdade à Lua. Comecei a afastar-me da fogueira. Com a cabeça apoiada entre as mãos o velho soluçava. Comecei a andar depressa. Não sei porquê, mas à medida que ouvia o choro do velho apressava o passo. Afastei-me da cabana que me estava reservada e virei o rosto em direção à fogueira. Entre duas mangueiras enormes, o velho, com a cabeça entre as mãos, não via o fogo e a noite. Chorava. E afastava-me da cubata do meu quarto, e atirava-me à noite de luar. Algo me intrigava no velho e no discurso de Ngungunhane. (KHOSA, 2017, p. 81)

O uso da primeira pessoa indica que o narrador esteve diante de um interlocutor mais velho, conhecedor da História do Império e do Imperador de Gaza. A presença da voz de quem conhece a História legitima a versão contada. Em conjugação com os extratos das passagens de relatos de quem viveu e protagonizou momentos marcantes, regista um cruzamento de olhares entre as escritas e as oralidades, fazendo prevalecer uma ideia de memória ativa e de inscrição de verdade ou verossimilhança, o efeito de real (BARTHES, 2004).

A questão do imaginário aparentemente neutra, por envolver em primeira instância uma memória coletiva, isto é, memória de um grupo vasto ou restrito, ganha uma dimensão particular por agregar, neste contexto, um modificador “ideológico”. Apesar de ser um conceito extremamente maleável, pode ser constatado, na sua operacionalidade, em tudo em que está relacionado com o poder (SERBENA, 2013). O modificador, ideológico, se por um lado instaura o que é comum nas perspectivas de análises do discurso como um meio essencial para classificar o que os indivíduos vivenciam nas suas relações com uma estrutura social e mesmo ideias e ideais que legitimam um poder dominante; por outro, despoleta novos contornos quando se pretende imputar à literatura “cargas ideológicas”. Esta associação, por vezes perigosa, conduziu em muitos lugares e esferas, que pode traduzir como países ou parte destes, em todo o mundo que autorizaram a prática de banimento de obras e autores, segundo critérios obscuros como sexo, género, raça, religião, entre outros. Não gostaria de apresentar nomes de autores nem títulos de obras, seria inconcluso, inapropriado e talvez, mesmo, inusitado. A escrita deve ser livre, sem censura, sem preconceito, sem todas as coisas que amordaçam as vozes dos escritores. A literatura é liberdade: liberdade de pensamento, de criação e até de configuração de novos horizontes. A literatura deve ser uma celebração da vida e do pensamento sem amarras.

Para o presente artigo, convocamos algumas passagens consideradas pré ou paratextuais que nos permitem pensar sobre memória e imaginário ideológico, a partir das sugestões de Khosa. Sua veia de professor conduz, de forma exímia, para a pesquisa de fontes que, numa perspectiva descritiva, apelam para uma reflexão sobre os olhares que configuram a obra. Importa, em primeiro lugar, compreender o que o autor da obra nos diz em primeiríssima mão:

É verdade irrefutável que Ngungunhane foi imperador das terras de Gaza na fase última do império. É também verdade que um dos prazeres que cultivou em vida foi a incerteza dos limites reais das terras do seu mando. O que se duvida é o facto de Ngungunhane, uns dias antes da morte, ter chegado à triste conclusão de que as línguas do seu império não criaram, ao longo da existência do império, a palavra “imperador”. Há quem diga que esta lacuna foi fatal para a sua vida, debilitada pelos longos anos de exílio. Saltará à vista do leitor, ao longo da(s) estória(s), a utilização propositada e anárquica das palavras “imperador”, “rei” e “hosi” – nomeação em língua tsonga de rei. (KHOSA, Nota do Autor, 2018, p. 8)

Primeiro apontamento

Em *Ualalapi* (1987/2017), observamos, na introdução de cada capítulo, excertos de apontamentos sobre Gungunhana feitos por militares (Ayres de Ornelas e Galhardo) e pelomissionário (Dr. Liengme) e ainda trechos de relatórios sobre batalhas sangrentas. São memórias recuperadas que configuram o imaginário explorado na narrativa:

Entre estes vinha o Ngungunhane que conheci logo, apesar de nunca lhe ter visto retrato algum; era evidentemente o **chefe duma grande raça**. É um homem alto [...], e sem ter as magníficas feições que tenho notado em tantos seus, tem-nas, sem dúvida, belas, testa ampla, olhos castanhos e inteligentes e **um certo ar de grandeza e superioridade** [...] Ayres d’Ornellas⁴

Só direi que **admirei o homem**, discutindo durante tanto tempo com uma argumentação lúcida, e lógica.... Ayres d’Ornellas

Nada no mundo pode dar uma pálida ideia da magnificência do hino, 4ª harmonia do canto, cujas notas graves e profundas vibradas com entusiasmo por 6000 bocas **faziam-nos estremecer até ao íntimo. Que majestade**, que energia naquela música, ora arrastada e lenta, quase moribunda, para ressurgir triunfante num frémito de ardor, numa explosão queimante de entusiasmo! E à medida que as mangas se iam afastando, às notas graves iam dominando, ainda por largo espaço, reboando pelas encostas e entre as matas do Manjacaze. **Quem seria o compositor anónimo daquela maravilha?** Que alma não teria quem soube meter em três ou quatro compassos, a guerra africana, com toda a acre rudeza da sua poesia? Ainda hoje nos «coreados ouvidos me ribomba» o eco do terrível canto de guerra vátua, que ramas vezes a esculca chope ouviu transido de terror, perdido por entre as brenhas destes matos... Ayres d’Ornellas, *Cartas de África*. (KHOSA, 2018, p. 11. Grifos nossos.)

Ayres d’Ornellas, tenente português enviado para Moçambique, integrou a expedição liderada por António Enes⁵. Nesse país, tomou parte nas operações contra Ngungunhana, o rei nguni.

O questionamento “Quem seria o compositor anónimo daquela maravilha?” destaca um aspecto fundamental a reter: o relator Ayres de d’Ornellas orientou-se por princípios e lógicas ocidentais da época. As grandes composições tinham um compositor que, naturalmente, assinaria a partitura. Esta visão autoriza-nos a inscrever outro aspeto das dinâmicas das oralidades acima apresentadas. Entre o homem e o coletivo, Ayres d’Ornellas tece uma opinião grandiosa, magnificente e nobre: “chefe duma grande raça”, “um homem alto”, “um certo ar de grandeza e superioridade”. A caracterização e os elogios ao rei – ao homem – e às gentes (coletivos) parecem estar despojados de estigmatização ou de desvalorização dos sujeitos – do homem e das comunidades que tinha diante de si. A admiração parece genuína. Um homem de poder, com autoridade, reconhece outro homem de poder, com autoridade. O jogo de alteridade, entre um

4 Segundo fontes da época, revelou-se um militar exímio, alcançando grande reputação no Exército e junto da opinião pública. Destacou-se nos combates de Marracuene e de Coolela, em Moçambique. Como militar, destacou-se em operações conduzidas nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras duas décadas do XX pelas forças armadas portuguesas nas colónias africanas de Portugal (MATIAS, 2010).

5 António Enes (1848 – 1901), político português, autor de *A Guerra de África em 1895* (1898), foi, entre outras obrigações, ministro da Marinha e do Ultramar, comissário régio em Moçambique. Nesta última posição, em 1891, tinha como missão materializar uma campanha sistemática contra os Vátuas, o império de Gaza, liderado por N’Gungunhana. Com o auxílio de Mouzinho de Albuquerque, efetuou a prisão do Imperador de Gaza, em 1895 (Espólio de António Enes, Arquivo Histórico de Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane).

Eu e Outro(s), desenha-se numa base de confronto. A leitura é feita num espaço e perspectiva de avaliação, isto é, de mensura de forças em conflito. Parece haver um reconhecimento mútuo de poder e de autoridade.

Em paralelo, tem-se uma outra leitura feita por Dr. Liengme, um missionário suíço:

Era um ébrio inveterado. Após qualquer das numerosas orgias a que se entregava, era medonho de ver com os olhos vermelhos, a face tumefacta, a expressão bestial, que se tornava diabólica, horrenda, quando, nesses momentos se encolerizava ... (Dr. Liengme/ KHOSA, 2018, p. 11).⁶

[...] mas toda a sua política era de tal modo falsa, absurda, cheia de duplicidade, que se tornava difícil conhecer os seus verdadeiros sentimentos. (Dr. Liengme/ KHOSA, 2018, p. 11)

São depoimentos feitos por indivíduos estrangeiros, de cultura ocidental, no entanto representantes de instituições distintas e com missões também distintas: o Estado português e a Igreja Cristã, protestante. Ayres d’Ornellas, militar, tem uma visão de Estado marcada pela força de dominação directa por meio da força. Militarmente, em campo de batalha ou em negociação, vence o mais forte, em quaisquer dos lados.

Dr. Liengme tem a missão de converter almas. Embora algo seja convergente – a conquista, a transformação –, em tese, as missões de ambos observam estratégias diferenciadas: os militares usam armas e a dizimação; os missionários, a palavra e a Bíblia Sagrada, para transformação das almas, com reflexo nas manifestações da religiosidade e, conseqüentemente, no comportamento. De acordo com outras fontes, percebe-se um papel não muito claro daquele homem da Igreja. Segundo Ngoenha (1999), António Enes valeu-se de sua amizade com o Dr. Liengme – único europeu admitido no círculo do chamado Leão de Gaza – para sondar os movimentos, penetrar no espírito e, eventualmente, influenciar a política de Ngungunhane. Liengme tentava advogar a causa da Missão suíça junto do então governador de Moçambique. O estudioso, adianta que fica por explicar o papel de Liengme na queda de Ngungunhane, uma vez que a derrota do império de Gaza, de certa maneira, foi também a derrota da Missão suíça. Mouzinho de Albuquerque que, entretanto, tinha substituído António Enes, “acusa a missão suíça de estar ao mesmo tempo com brancos e pretos” (NGOENHA, 1999, p. 428).

As duas leituras acerca do imperador de Gaza, paradoxais, revelam visões contraditórias acerca de um homem. Inscrevem, a seu modo, imagens que, em visões diferenciadas, registam memórias e condicionam um imaginário: por um lado, um herói, homem inteligente e lutador e, por outro, um homem cheio de fraquezas e vícios, desprezível. No entanto, também dizem muito sobre quem depõe. Por um lado, um militar conhecedor de códigos de conduta de guerra,

⁶ Georges Liengme (1859-1936), médico missionário suíço, viveu no Império de Gaza, tendo permanecido 4 anos na corte de Ngungunhane.

e, também, um diplomata, um representante do poder de Portugal; homem que vê o imperador de Gaza como outro homem capaz de discutir “durante tanto tempo com uma argumentação lúcida, e lógica”. A lucidez e a sagacidade de um homem só se percebem ante um exercício retórico e de confrontação de lógicas e raciocínios. A aparência física também é avaliada, pois evidenciava o pertencimento a e a chefia de “uma grande raça”: “É um homem alto... e sem ter as magníficas feições que tenho notado em tantos seus, tem-nas, sem dúvida, belas, testa ampla, olhos castanhos e inteligentes e um certo ar de grandeza e superioridade... Ayres d’Ornellas” (KHOSA, 2018, p. 11). Por outro lado, as memórias do missionário acerca do grande Homem do império são pouco dignificantes. O “conversor ou pacificador de almas” pretende observar a conversão e mudança de comportamento, *tout court*, de um soberano com identidade e valores próprios, senhor das suas terras e das suas gentes – homens e mulheres. Apesar de as missões – do militar e do missionário – confluírem na conquista, havemos de sublinhar que um, o missionário Dr. Liengme, lê almas e tem como objetivo as converter, algo que se deve manifestar no comportamento do convertido. Outro, o militar Ayres d’Ornellas, lê a parte material, o inimigo com quem se vai defrontar e, possivelmente, negociar o poder com autoridade.

Estamos inclinados a pensar que o Dr. Liengme, com a missão de converter almas e revolucionar comportamentos, não toleraria a poligamia nem o consumo de álcool, muito menos da liamba (*cannabis sativa*), prática comum e corriqueira entre os Tsonga, bantu de Gaza, particularmente de um Hosi, isto é, de um rei e soberano, com as suas próprias práticas culturais e de governação. Sendo o alvo do missionário a conversão, pode-se depreender que a leitura feita se equilibra entre o ideal/perfeito/sagrado e o imperfeito/diabólico/ profano. Entre os dois polos aqui indicados, em que posição se situaria Ngungunhane? Podemos afirmar a possível existência de imagens cristalizadas acerca da produção de memórias bem como o facto de não haver elaboração de uma memória comum fora de sua intercessão com a memória coletiva. Esta resulta dos diálogos com as imagens pertencentes às memórias subjetivas.

Fragmentos do fim 2

Sentindo que pisava um objecto estranho e duro o cavalo levantou as patas dianteiras, relinchou, e voltou a poisá-las sobre o corpo precisamente no ventre leve e macio do negro. O negro gritou, enterrou os dedos na areia húmida, abriu desmesuradamente os olhos, saiu-lhe um jacto de sangue pela boca e viu as tripas a serem perfuradas por balas. O coronel Galhardo olhou para o negro, viu as tripas a escorrerem pela terra, viu os líquidos intestinais a desaparecerem por entre o capim amassado, viu o sangue a escorrer pelo corpo, **e não se comoveu**. Olhou de novo para o rosto do negro e notou que o homem tentava soerguer a cabeça. Do pescoço os nervos despontavam, tensos. - Onde está o rei? – perguntou. [...]

– **Estes pretos têm uma força de cavalo!...** Puxou as rédeas do cavalo, virou-o à esquerda, e contemplou com certo cansaço o mar de mortos sem sepultura que a planície ostentava. Ao longe, silenciosa, erguia-se a capital do império de Gaza. As casas, pardas, adormeciam na tarde que fugia.

– Queimem a povoação – sentenciou o coronel e esporeou o cavalo em direcção ao outeiro mais próximo.

Extractos do relatório apresentado ao Conselheiro Correia e Lança, governador interino da Província de Moçambique, pelo governador militar de Gaza, Joaquim Mouzinho d’Albuquerque – 1896. (KHOSA, 2018, p. 31. O grifo é nosso.)

Esta passagem do relatório do governador militar de Gaza, Joaquim Mouzinho d’Albuquerque (1896), faz pensar que as representações elaboradas influenciam o modo como a realidade é percebida, apreendida e, sobretudo, transmitida. Se por um lado, eleva e impõe respeito, por outro, instaura preconceitos próximos da animalização. Por exemplo, expressões como “Estes pretos têm uma força de cavalo!” acabam por servir como uma antecipação de práticas concretas de violência extrema, pois “nenhuma mente está livre dos efeitos dos condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem e culturas” (LOBO & WERNEC, 2018, p.10). Por outras palavras, são marcas ideológicas determinantes, que estabelecem o meio essencial através do qual os indivíduos vivem as suas relações com estruturas sociais, até ideias – preconcebidas e falsas – que legitimam a dominação ou mesmo a extermínio físico e moral.

Há uma outra observação a fazermos: os excertos dos apontamentos e relatórios feitos por militares (Ayres de Ornellas, coronel Galhardo e Joaquim Mouzinho d’Albuquerque) e pelo missionário (Dr. Liengme), sejam sobre batalhas sangrentas, sejam sobre Ngungunhane, revelam um processo de busca e de pesquisa realizado pelo autor da obra. Este dá instrumentos legitimadores ao narrador, pois a identificação de representações sociais permite mapear e visualizar o modo como o pensamento se constrói e como está disseminado, ainda que de forma efémera, devido ao próprio dinamismo das trocas simbólicas que se estabelecem ou se vão estabelecendo. Estas marcas são reveladoras de processos de construção de um imaginário. Detentoras de uma função social, inscrevem aspetos políticos racializados, pois as representações mobilizam e definem identidades e percepções de quem escreve, de quem lê e, sobretudo, de quem criticamente as seleciona e partilha, fazendo-as ler de forma literária ou não, mas, sobretudo crítica. Assim, o campo do imaginário é também um campo de luta política e pelo poder, onde se cruzam interesses de grupos sociais e ideologias (SERBENA, 2003), no sentido dinâmico, que é tida como a produção, reprodução e transformação das experiências vitais, na construção de subjetividades.

Segundo apontamento

Em *As mulheres do Imperador* (2017), está presente, na inauguração da narrativa, a consciência da memória e de seu valor. As passagens selecionadas de Milan Kundera, de *A ignorância* (2000), e de Luís Sepúlveda, de *A sombra do que fomos* (2009), convocam reflexões sobre dimensões da memória.

A primeira, de Milan Kundera (2000):

Nunca acabaremos de criticar os que deformam o passado, o reescrevem, o falsificam, que dilatam a importância de um acontecimento, calam a de outros; estas críticas são justas (não podem deixar de sê-lo), mas não têm grande importância se não forem precedidas de uma crítica mais elementar: a crítica da memória humana enquanto tal. (KHOSA, 2018, p. 85)

A segunda, de Luís Sepúlveda (2009):

Nunca confies na memória porque está sempre do nosso lado: suaviza a atrocidade, dulcifica a amargura, põe luz onde só houve sombras. A memória tende sempre à ficção. (KHOSA, 2018, p. 87)

Estes trechos inaugurais da narrativa colocam o leitor de sobreaviso sobre a dinâmica que transcorre a obra, não só esta, numa verdade. Há, nas obras de Khosa, essa obsessão pela memória, pela revisitação do passado, nem sempre tão distante, questão recorrente nas narrativas contemporâneas, haja vista a ênfase que se tem dado às perspectivas histórico-memorialísticas. Esta tendência poderá ter a ver com o medo do esquecimento, por outras palavras, da perda das memórias e das tradições pessoais e locais. Dentre os fatores de impulso para o esquecimento, temos o processo não só da globalização, mas das profusões de leituras históricas, entre as formais/oficiais e as *outras* que tendem a desconstruir ou a reconstruir passados e histórias, recuperando versões marginalizadas.

Naturalmente, o escritor, antes de tudo leitor, ao construir as suas narrativas, resgata essas memórias individuais e coletivas. Assim, não se trata, apenas, de lançar um olhar sobre o passado, mas, principalmente, interpretá-lo, criando e recriando sentidos, inscrevendo modos de ler o meio circundante, o mundo.

A História e as histórias, orais ou escritas, da colonização são vestígios do passado, que produzem argumentos e contra-argumentos no presente, que apontam para estudos não de uma única história – a do colonizador –, mas também para aquelas narradas por outras vozes. Pode-se pensar, deste modo, que a memória é um processo aberto a reinterpretções do passado, é um processo que desconstrói e reconstrói seus vínculos e conexões entre instituições, entre sujeitos que ocupam, em contextos diferentes, diferentes posicionamentos em relação a realidades vividas ou fabricadas.

A partir dos extratos de jornais apresentados na obra, percebe-se o posicionamento de diversos sectores da sociedade, vozes que corporizam visões diferentes em relação ao destino do Hosi Gungunhana e das esposas:

É hoje, enfim, que sai de Lisboa, com destino ao castelo de Angra do Heroísmo, o terrível vátua que tem estado recolhido em Monsanto.

Vai na canhoeira Zambeze, que deve levantar ferro, talvez, às 14 horas de amanhã.

Uma crueldade. O Gungunhana não leva nenhuma das pretas. O patriarca conseguiu separá-lo delas, que ficaram em Monsanto, e que, segundo parece, vão recolher a um convento de madres. **Escusamos dizer que é cruel o procedimento do governo.**

Um homem nas condições de Gungunhana, que vivia com sete mulheres, não pode viver sem nenhuma.

Impô-lo a uma abstinência completa e absoluta, é matá-lo lenta e horrorosamente. [...]

Com os Gungunhanas brancos nunca se fez isso, nem se há-de fazer, cremos.

O Paíz, ano I, no 233, 23 de junho DE1896, p.2. (KHOSA, 2018, p. 89. O grifo é nosso.)

Afinal o patriarca venceu; o Gungunhana vai ser separado das suas mulheres. Ele vai, como já dissemos, para o castelo de Angra, e elas vão para S. Tomé, para onde vão os demais prisioneiros, qua ali sentarão praça [...] **injusto e mais alguma coisa do que isso.** O Paíz, ano I, no 201, 22 de Maio de 1896, p. 2. (KHOSA, 2018, p. 89. O grifo é nosso.)

Mais um rei no exílio, o de Gaza, que os portugueses aprisionaram e levaram para Lisboa com os seus oficiais, sua corte e as sete mulheres legítimas. O infeliz rei Gungunhana tem sido bem severamente tratado. **Este rei que tratara os portugueses de igual para igual** e o teve por **muito** tempo em cheque, foi embarcado a bordo de uma vapor para o Açores [...] mas mais infeliz que Behanzim, não lhe foi concedido levar na sua companhia nenhuma das damas para lutar contra a monotonia do cativo [...] *L'indépendance Belge* "Reis e rainhas no exílio" in *O Dia*, Lisboa, no 34 (2745), 30 de julho de 1896, p. 3. (KHOSA, 2018, p. 90. Grifos nossos.)

Aqui, o trabalho de enquadramento da memória alimenta-se sobretudo do material fornecido pela imprensa portuguesa, que cita, num dos trechos, o *L'indépendance Belge*, no contexto da queda do império de Gaza e consequente deportação do imperador e das suas esposas. Esse material, selecionado por Khosa, pode ser interpretado e combinado a inúmeras referências, pode nortear-se pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las. Tal trabalho reinterpreta o passado, ou visões manifestas nesse passado, em função das inquietações de um presente e, provavelmente, de um futuro.

Estudar e escrever sobre memórias implica preliminarmente a análise de suas funções. A memória integra-se em processos conscientes que definem e reforçam sentimentos de pertença e fronteiras sociais entre coletividades de diferentes extensões, desde famílias a nações e até regiões mais amplas, com consequências ideológicas e, sobretudo, geopolíticas. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir o seu lugar, a sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. A evocação de um imaginário político e identitário é feita de histórias de lutas e de resistências homéricas, com heróis investidos de um papel essencial no processo de construção e instituição de uma identidade nacional (RIBEIRO, 2016). É nesta perspectiva que se pode pensar o evento de estado realizado, em 1985: a trasladação dos restos mortais do imperador de Gaza, dos Açores para Moçambique, como símbolo de identidade e de resistência contra o colonialismo.

Pelo conteúdo da informação veiculada em alguns jornais portugueses da época, percebe-se que a deportação dividiu a opinião. Primeiro, destaca-se a “crueldade” do governo português ao separar o imperador das suas sete esposas. Segundo, aponta-se para uma divisão em nível de poder “Afiml o patriarca venceu”, “injusto e mais alguma coisa do que isso”. Terceiro, para o carácter racista do governo “Com os Gungunhanas brancos nunca se fez isso, nem se há-de fazer, cremos”, “Este rei [Ngungunhana] que tratara os portugueses de igual para igual...” era agora tratado de forma cruel, para usar as palavras de *O Paiz*.

A relação entre a memória e a consciência estabelece a recuperação da lembrança do sujeito ou dos sujeitos em cadeia, o objeto de suas experiências no campo do real e do sensorial. Os elos entre as instâncias da memória e da literatura apresentam-se como possibilidades de leitura das formas diversas de ver e de enfrentar a realidade modulada por mecanismos de representação. O carácter plural e impermanente da memória (as passagens dos relatórios de autoridades portuguesas, do missionário suíço Georges Liengme ou ainda dos jornais citados em *As mulheres do imperador*), está em constante análise, operando-se a desconstrução de imagens a ela agregadas. Ainda, em consonância com esta constatação, sua característica dialógica, no que toca à sua tessitura nas esferas privada e coletiva, pode afirmar-se que a memória é crucial, tanto pela importância nos modos de organização da identidade humana, como por essa organização realizar-se a partir do cruzamento entre suas manifestações na esfera individual e coletiva.

Essas relações constituem-se como um fio condutor para indagações sobre as fricções entre o texto literário e a modulação de imagens que contribuem para os processos de construção dos imaginários e das identidades.

Em jeito de conclusão

No dizer de Augustina Bessa-Luís, também citada por Khosa, “A História é uma ficção controlada”. É feita por narrativas construídas a partir da comparação e da interpretação de documentos históricos – sejam eles escritos ou orais – que pretendem narrar os acontecimentos de um povo ou região, permitindo que esses acontecimentos sejam conhecidos e difundidos como factos históricos. Constroem representações da memória coletiva. A literatura é ficção. Os elementos que a compõem desempenham funções determinadas dentro das mais diferentes narrativas, e se relacionam de forma a criar um determinado efeito. Em nossa contemporaneidade, as combinações da história recente com muitas e profundas mudanças, provavelmente, nos conduzem à busca de memórias e à indagação sobre quem somos. Questão essa decisivamente ligada ao que lembramos e ao modo como lembramos.

Ungulani Ba Ka Khosa é um escritor de memórias. Nas suas obras em estudo, objetivamente *Ualalapi* (1987/2018) e *As mulheres do Imperador* (2018), ele suscita um debate sobre memórias, imaginários e ideologias através de estratégias que aproximam leituras da História para a compreensão e/ou legitimação da história que conta. Ele resgata também as oralidades, através de um processo em que o narrador legitima sua narrativa através da voz do velho que conta uma história e recorre a nomes de personagens e a acontecimentos históricos, confirmando a visão, imaginários e memórias que representa. Entendendo memória como registo do vivido, preservação e resgate de imagens ou reconstrução da experiência humana, podemos propor a seguinte asserção: a literatura é também um lugar de memória.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BORTOLOTTI, João Antônio Batista. Revista Charrua – relativizações das retóricas de intelectual revolucionário e literatura de combate (1977-1986). **Revista Discente Offícios de Clio**, v. 5, n. 9, p. 39, 2020.

COLOSOVSKI, Laís. A figura de Ngungunhane entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional. Questões sobre o romance *Ualalapi*, de Ungulani Ba Ka Khosa. **Revista Crioula**, São Paulo, nº 18, p. 166-182, 2º semestre de 2016.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DOSOUDILOVA, Kateřina M. **Metaficção historiográfica e o romance “Ualalapi” de Ungulani Ba Ka Khosa**. Orientadora: Silvie Špánková, v. 44. Faculdade de Filosofia da Masaryk University. BrnoChéquia, 2008. Disponível em: https://is.muni.cz/th/109211/ff_b/bakalarska_prace.pdf. Acesso em: 11 de dezembro de 2022.

HAMPÂTÉ BÂ, A. *A tradição viva*. In: KI-ZERBO, Joseph (org). **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. **Gungunhana; Ualalapi; As mulheres do Imperador**. Porto: Porto Editora, 2018.

_____. **Ualalapi**. Maputo: AEMO, 1987.

LEITE, Ana Mafalda. A dimensão anti-épica da moderna ficção moçambicana: *Ualalapi* de UBK Khosa. **Discursos: estudos de língua e cultura portuguesa**, p. 53-69, 1995.

LOBO, Renato Fernandes & WERNEC, Mariza Martins Furquim. A interdisciplinaridade do conceito de Representações Sociais de Serge Moscovici. **Revista Ciências Humanas – Educação e Desenvolvimento Humano – UNITAU, Taubaté/SP - Brasil**, v. 11, nº 1, edição 20, p. 8-18, junho de 2018.

MATIAS, Diogo. **As operações militares de manutenção do Império português em África: uma visão sobre as táticas usadas na perspectiva da doutrina actual**. Tese de doutorado. Lisboa, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/6913>. Acesso em: 18 de março 2021.

NGOENHA, Severino Elias. Os missionários suíços face ao nacionalismo moçambicano. Entre a tsonganidade e a moçambicanidade. **Lusotopie**, v. 6, nº 1, p. 425-437, 1999. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1999_num_6_1_1282. Acesso em: 21 de julho de 2021.

RIBEIRO, Fernando Bessa. A invenção dos heróis: nação, história e discursos e identidade em Moçambique. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 9, nº 2, p. 257-275, 2005. DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.2963>

SERBENA, Carlos Augusto. Imaginário, ideologia e representação social. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 4, nº. 52, p. 2-13, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1944/4434>. Acesso em: 21 de julho de 2021.

WIESER, Doris. A língua portuguesa usa capulana: provavelmente a última entrevista de Eduardo White. **Buala**, 27 de agosto de 2014. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/cara-a-cara/a-lingua-portuguesa-usa-capulana-provavelmente-a-ultima-entrevista-de-eduardo-white>. Acesso em: 10 de maio de 2022.